



Informe de Política Exterior Brasileira
Nº 690



02/01/2022 a 08/01/2022¹

O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Coordenação: Profa. Dra. Bárbara Motta, Prof. Dr. Eduardo Mei, Profa. Dra. Érica Cristina Winand, Prof. Me. Jorge Oliveira Rodrigues, Profa. Dra. Lívia Peres Milani.

Equipe de revisão: Profa. Dra. Lívia Peres Milani, Prof. Guilherme Paul Berdu, Adler Silva, Ailton Salvadori, Arthur de Freitas, Enio Sacramento, Gabriela Guillard, Heitor Torres Vieira, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa.

Equipe de redação: Adler Silva, Ailton Salvadori, Arthur de Freitas, Enio Sacramento, Gabriela Guillard, Heitor Torres Vieira, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa.

¹Nos dias 04, 04, 07 e 08 de janeiro não houve notícias de política exterior brasileira.

Diplomata brasileiro comentou conduta do país como membro não permanente do CSNU

Por meio de entrevista, o embaixador e chefe da missão brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, Ronaldo Costa Filho, comentou a conduta que será adotada pelo Brasil, a partir de 2022, como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Primeiramente, Costa Filho afirmou que o foco do país será o debate de questões voltadas à América Latina, principalmente no que se refere à Colômbia e ao Haiti, e a busca por soluções de conflitos na África. O embaixador também citou que o Brasil manterá o pleito de reforma do órgão, sugerindo o aumento de assentos permanentes e não permanentes. Ademais, o chefe da missão brasileira enfatizou o engajamento em ampliar o papel das mulheres e prevenir abusos contra elas em meio a conflitos, o comprometimento com a defesa dos direitos humanos, a ampliação da articulação com entidades regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e o reforço de ações para estabilizar nações que saíram de conflitos. Por fim, Costa Filho mencionou que o Brasil defenderá que temas como a crise climática e o mundo pós-Covid-19 sejam debatidos apenas na Assembléia Geral da ONU, onde todos os países têm seu interesse considerado ([Folha de S. Paulo - Impresso - Mundo - 02/01/2022](#)).

Itamaraty agradeceu ao Ministério da Economia pelos pagamentos de parte das dívidas com organismos internacionais

No dia 04 de janeiro, por meio de um ofício enviado ao Ministério da Economia, o Ministério das Relações Exteriores agradeceu pelos recursos empregados para o pagamento de metade das dívidas do Brasil com os organismos internacionais, o que evitou a perda do voto do país em diversas organizações. Isso ocorreu pois, no dia 21 de dezembro, por meio de uma edição extra do Diário Oficial da União, a Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia publicou uma portaria que liberou dinheiro para quitar parte dessas dívidas. Dessa forma, o Brasil garantiu seu voto em organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), em que voltou a ocupar um assento no Conselho de Segurança, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o Tribunal Penal Internacional (TPI), o Mercosul e a Organização dos Estados Americanos (OEA). No entanto, nem todo o passivo foi regularizado. Segundo o Itamaraty, a variação na cotação de moedas estrangeiras inviabilizou o pagamento integral das dívidas com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), além de também haver dívidas remanescentes com o NDB, por exemplo, o que pode levar o país a perder seu direito ao voto nessas instituições ([Folha de S. Paulo – On-line – Mundo – 05/01/2022](#); [Folha de S. Paulo - Impresso - Mundo - 06/01/2022](#)).